

1 ATA DA OCTAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO
2 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
3 - CONANDA

4 Às nove horas e trinta minutos do dia doze de setembro de dois mil e um, deu -se
5 início a Octagésima Quarta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos
6 da Criança e do Adolescente - CONANDA, sob a Presidência de CLÁUDIO
7 AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL).
8 Estiveram presentes os conselheiros titulares, NORMANDO BATISTA SANTOS
9 (ABONG); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP); MARIA IZABEL
10 DA SILVA (CUT); KÊNIA AUGUSTA FIGUEREDO (CFESS); JOSÉ
11 FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE); OZANIRA
12 FERREIRA COSTA (CECRIA); MANOEL MESSIAS MOREIRA DA SILVA
13 (MNDH); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP); JOACIR DELLA GIUSTINA
14 (CNBB); IVANILDO T. FRANZOSI (CASA CIVIL); OSVALDO MARCOLINO
15 ALVES FILHO (MF); GLÁUBER MACIEL SANTOS (MTE); ANTONIO JOSÉ
16 ANGELO MOTTI (MPAS); CAIO LUIZ DAVOLI BRANDÃO (MP) e
17 HILDEBRAMDO TADEU NASCIMENTO VALADARES (MRE). Presentes ainda
18 os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta
19 assembléia: Eliana Crisóstomo (MJ) Júlio Boaventura Santos Matos
20 (MRE)(parcialmente). Presentes ainda, os conselheiros suplentes Laura Rossetti
21 (FENAPAE's), Marcos Colares (OAB) e Olympio de Sá Sotto Maior (ABMP), que
22 foram convocados para prestar assessoria à elaboração final do documento sobre os

23 funcionamento do Conselho Tutelar. Abrindo os trabalhos o Presidente submeteu a
24 pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada com alterações pertinentes, como
25 segue; I – **Leitura Discussão e Aprovação da Ata da Octagéssima Terceira**
26 **Assembléia Ordinária do CONANDA.** A ata da Octagéssima Terceira Assembléia
27 foi aprovada por unanimidade II – **Apresentação do Relatório de Cúpula pela**
28 **Criança (versão final a ser apresentado na reunião de Nova York.** A Diretora do
29 Departamento da Criança e do Adolescente Maria Ignês Bierrenbach cumprimentou a
30 todos, informando que a tradução do relatório ainda não foi entregue à ONU e que a
31 reunião a ser realizada no final do mês esta prejudicada em função dos últimos
32 acontecimento ocorridos nos Estados Unidos no dia onze de setembro do corrente. O
33 relatório é um condensado das ações voltadas a crianças e adolescentes nos dez
34 últimos anos, com metas voltadas para a saúde e educação, contando com a
35 contribuição de todos os países. Com relação ao relatório específico do Brasil, a
36 Coordenadora enfocou as metas atingidas, seus avanços e retrocessos, além de avaliar
37 alguns pontos substantivos como a ratificação das Convenções Centro e Trinta e Oito
38 e Centro e Oitenta e Dois; os avanços sobre as questões do abuso e exploração sexual
39 contra crianças e adolescentes; avanços sobre a educação básica/ ensino fundamental
40 e sobre a erradicação da poliomielite. O Presidente abriu o debate, onde foram
41 registrados os questionamentos abaixo: 1) Conselheira Rachel-Quantas metas da
42 saúde e da educação foram cumpridas , se houve critérios para essa avaliação e qual a
43 idade estabelecida para a gravidez precoce; 2) Conselheira Stela – Questionamento
44 sobre a falta de dados, e o decurso de prazo para entrega do relatório e sobre o acesso

45 de prazo para entrega do relatório e sobre o acesso à escola que foi grande, porém, há
46 contradição quanto a sua permanência. Preocupação quanto a falta de interesse das
47 autoridades ; 3) Conselheiro Fernando – Como é feito o cruzamento deste relatório
48 com o documento do UNICEF, ou se existem dois documentos; 4) Conselheiro
49 Messias – Quando vamos avaliar as políticas públicas, alegando a não precisão das
50 metas. Para ele os dados devem ser qualitativos e quantitativos e que não foi
51 percebido as diferenças regionais no relatório; 5) O conselheiro Motti propôs que
52 depois da reunião de cúpula o CONANDA delibere para que o Brasil trate das metas
53 e efetue o monitoramento. Também questionou sobre a existência de dois relatório,
54 sendo um do Brasil e o outro do UNICEF. Questionou ainda se o lançamento do selo
55 do UNICEF não deveria ter sido deliberado pelo CONANDA e sobre o Plano de
56 aplicação do **Programa Criança Esperança** executado pela Rede Globo de
57 Televisão; 6) A conselheira Maria Izabel indagou sobre o andamento da ratificação
58 das Convenções Cento e Trinta e Oito e Cento e Oitenta e Dois. Todos os
59 questionamentos foram respondidos e complementados pelos representantes do
60 Ministério das Relações Exteriores e pelos representantes do Grupo de Trabalho
61 sobre o relatório de cúpula, tendo sido deliberado encaminhar correspondência ao
62 UNICEF solicitando informações sobre o relatório elaborado por ele e sobre os
63 critérios de repasse de recursos do Programa Criança Esperança. O Presidente
64 agradeceu a participação da Diretora do DCA, informando sobre a necessidade de
65 continuar essa discussão no próximo exercício **III-Eleição da Vice – Presidência do**
66 **CONANDA** – O Presidente informou a todos que tendo em vista a saída da ex

67 presidência ficou vago, propondo o nome da conselheira suplente e Diretora do DCA
68 Maria Ignês Bierrenbach para ocupar o cargo até o fim do mandato. Após a sua
69 anuência a mesma foi eleita por aclamação de todos os presentes. **IV trabalho de**
70 **Grupo das Comissões Temáticas:**No final da manhã as Comissões se reuniram
71 para tratarem de assuntos referente as suas áreas de atuação. **V-Relato dos**
72 **Trabalhos das Comissões Temáticas: 1) Comissão de Orçamento e**
73 **Finanças/Medidas Sócio-Educativas:** O conselheiro Caio fez o relato dos trabalhos
74 onde foram registrados os pontos que seguem: 1) Aplicação de recursos do
75 orçamento do FNCA – Os Estado não estão apresentando os projetos e muitas vezes
76 quando enviam não agilizam os documentos necessários. Esta situação vem trazendo
77 prejuízos políticos para o FNCA e para o CONANDA. A Secretaria Executiva não
78 tem poupado esforços, mantendo articulações através de ligações telefônicas,
79 correspondências, etc, porém não vem surtindo efeito positivo. Há necessidade de
80 modificar a estratégia de elaboração de projetos e relação com os Estados,
81 provocando uma avaliação neste sentido. Foram propostas as seguintes medidas
82 emergenciais para solução dos problemas; a) visita ao Estado que tem problemas para
83 assessoramento à elaboração de projetos; b)contatos telefônicos para resolver
84 pendências de documentação; c) pré-empenho para assegurar os recursos; d) oficiar
85 aos Estados sobre a situação e dar prazo para o envio de documentos. Foi feito ainda
86 um relato suscinto de todos os projetos que estão tramitando no CONANDA. 2)
87 **Orçamento do CONANDA para dois mil e dois.** Foi enviada correspondência ao
88 CORF/Ministério da justiça informando que os recursos no valor de duzentos reais a

89 serem acrescidos para manutenção do CONANDA, deverão ser alocados no PPA do
90 DCA/MJ, 0153 – Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente,
91 atividade Manutenção de Unidade de Defesa dos Direitos – PI 2417C; 3) Projeto de
92 Lei sobre Imposto de Renda- Foi informado sobre correspondência recebida do Sr.
93 João Vieira Neto apresentando sugestões de emendas ao Projeto de lei da
94 UNAFISCO apresentado pela Deputada Rita Camata. A Comissão sugere que as
95 mesmas sejam enviadas à Deputada para as providencias. O Sr. João questiona ainda
96 sobre a possibilidade de dois conselheiros municipais comporem a junta
97 administrativa do fundo Municipal; 4) foi informado que o CONANDA oficiou ao
98 Presidente da Petrobrás, solicitação de apoio financeiro para a realização da IV
99 Conferência Nacional mas que até o presente momento não obteve resposta; 5)
100 Repasse de recursos Fundo a Fundo – A Comissão após estudo da proposta de
101 regulamentação, entendeu que há necessidade de levantar informações
102 complementares acerca da possibilidade legal do repasse. O assunto deverá ser
103 discutido na próxima plenária; 6) Captação de recursos – A Comissão não chegou a
104 um consenso quanto ao mérito, propondo que o assunto seja discutido pela plenária.
105 Com relação as ações de medidas sócio educativas foi feito o seguinte relato: a)
106 manter negociações políticas com a Diretora do DCA e com a Gerência do Programa
107 de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei para estabelecer
108 procedimentos de aprovação de projetos entre o DCA e o CONANDA, objetivando
109 ações complementares. Foi ressaltado a importância da participação dessa Gerência
110 nas reuniões da Comissão, quando se tratar de assuntos pertinentes; b) Com relação a

111 Montes Claros, a Conselheira Kênia relatou que tem mantido contatos com a Márcia
112 do Conselho Estadual para que as providências previstas na Carta de Montes Claros
113 sejam encaminhadas e que a mesma já havia entregue documentos contendo o relato
114 das providências adotadas. Foi proposto que o CONANDA continue o
115 monitoramento e posteriormente realize nova visita para avaliar os resultados, bem
116 como publicizar a Carta no jornal da ANDI e envia-lá às autoridades locais; c) foi
117 proposto pela Comissão visita ao Estado de Goiás para avaliar o processo de
118 descentralização apoiado pelo CONANDA e ao Rio Grande do Sul para fiscalizar a
119 aplicação de recursos do FNCA através de Convênio, devendo os resultados serem
120 apresentados na próxima plenária, d) com relação a situação da Febem SP, foi
121 agendada reunião entre o Presidente do CONANDA com o novo Presidente da
122 Febem para tratar do andamento de todas as decisões e encaminhamentos acordados
123 por ocasião da Audiência Pública e Reunião Plenária conjunta CONANDA e
124 CONDECA-SP, no ano de dois mil. Simultaneamente, o CONANDA deve solicitar
125 ao Conselho Federal de Psicologia, parecer sobre o conceito de resiliência, uma vez
126 que o mesmo vem sendo utilizado com freqüência na aplicação das medidas socio-
127 educativas; e) foi proposto e aprovado a participação dos integrantes da Comissão na
128 reunião do FONACRIAD, a realizar-se no período de vinte e seis à vinte e oito de
129 setembro, na cidade de Fortaleza/CE e viagem à Belém, para conhecer experiência de
130 aplicação de medidas sócio educativas de internação no estado, nos dias primeiro e
131 dois de outubro. A Secretaria Executiva ficou responsável para as providências
132 cabíveis quanto aos deslocamentos dos conselheiros; f) o relator informou sobre

133 correspondência recebida do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro,
134 informando sobre a inspeção feita ao Fundo de Nova Friburgo. A comissão
135 recomendou que o CONANDA solicite informações sobre as providências que o
136 processo exige. As propostas apresentadas pela Comissão foram aprovadas pela
137 plenária, com exceção ao encaminhamento de ofício ao Conselho Federal de
138 Psicologia. O Presidente propôs e foi aprovado convidar a Senhora Cenise para expor
139 a questão da resiliência na plenária do mês de dezembro. A conselheira Eliana falou
140 da reunião havida no DCA com a Deputada Rita Camata, onde a mesma alertou sobre
141 as dificuldades em defender recursos para a área social, porque o índice de aplicação
142 dos mesmos é muito baixo. O problema foi amplamente debatido, principalmente
143 quanto aos entraves administrativos. Foi proposto e aprovado discutir o assunto
144 juntamente com o DCA e o FONACRIAD, durante o encontro em Fortaleza. Com
145 relação ao Projeto do Distrito Federal, após amplo debate, foi estabelecido que os
146 conselheiros Osvaldo e Ozanira farão o monitoramento das ações no Distrito Federal
147 que foram aprovadas na Assembléia Ampliada no ano de dois mil. Outro ponto
148 polemico apresentado pela Comissão foi a questão da Resolução para captação de
149 recursos. O assunto foi debatido pela plenária, com depoimentos prós e contra a
150 questão do mérito de captação para o Fundo Nacional, proposto pela Pastoral da
151 Criança. A Proposta foi submetida a votação, tendo sido registrado onze votos a
152 favor, cinco votos contra e uma abstenção. 2) **Comissão de Política Públicas/IV**
153 **Conferência.** O conselheiro Joacir fez o relato das providências para a realização da
154 IV Conferência Nacional, abordando regimento interno, capacitação dos

155 coordenadores das plenarinhas, experiências exitosas, materiais de divulgação,
156 publicações de livros, vídeo, etc, financiamento da Conferência, metodologia,
157 representação do CONANDA nas Conferências Estaduais, etc, bem como estabeleceu
158 responsabilidades para o cumprimento da mesma. A conselheira Maria Izabel fez o
159 relato dos trabalhos da Comissão de Políticas Públicas no que tange ao recebimento
160 de documentos dos Estados do Rio Grande do Norte, Rio grande do Sul, Ministério
161 Público do Amazonas, Conselho Municipal de Limeira –SP, Secretaria do Trabalho e
162 Ação Social da Paraíba e mato Grosso do Sul, com recomendações para respostas.
163 Foi informado sobre a reunião havida com a Sr^a Ismaelita da Coordenação Nacional
164 para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e com a Coordenadora da
165 Comissão de Políticas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
166 Portadora de Deficiência – CONADE, objetivando intensificar a interlocução entre os
167 dois Conselhos. Com relação as pendências da assembléia anterior foi feito um
168 levantamento das mesmas e proposto encaminhamentos para o seu cumprimento, já
169 constante na Ata da Octogésima Terceira Assembléia Ordinária. 3) **Comissão de**
170 **Articulação** - A conselheira Laura Rossetti fez o relato dos trabalhos abordando os
171 seguintes pontos: a) Resolução e Recomendações – considerando o atraso na
172 adequação dos documentos aprovados no dia anterior, a plenária decidiu que a
173 Coordenadora da Comissão fará a revisão do texto e o conselheiro Caio fará a revisão
174 ortográfica e posteriormente os repassará aos demais conselheiros via e-mail; b)
175 Congresso dos Conselhos Tutelares – A Comissão analisou o documento enviado ao
176 Conanda onde a Comissão Pró-Articulação Nacional dos Conselhos Tutelares solicita

177 a presença do Presidente para participar da mesa de abertura e das atividades do I
178 Congresso Nacional dos Conselhos Tutelares e o apoio institucional do CONANDA
179 ao evento. Também foi analisado o documento encaminhado pelo DCA ao
180 CONANDA solicitando parecer ao pedido de apoio financeiro para a realização do
181 Projeto de Capacitação de Recursos Humanos no Congresso Nacional de Conselhos
182 Tutelares para atuação na área de garantia de direitos, no valor de duzentos e
183 dezessete mil e setecentos reais. A Comissão propôs à plenária a deliberação das
184 propostas que seguem: 1) O CONANDA deve participar do evento enquanto
185 instância controladora, tanto na mesa de abertura, como durante o evento; 2) Ser
186 favorável ao apoio institucional; 3) Ser favorável ao apoio financeiro desde que a
187 proposta explicita o objetivo maior do evento e que contemple outros segmentos do
188 Sistema de Garantia. A Comissão apresentou pontos para discussão sobre a
189 organização dos Conselhos Tutelares com segue: a) Contextualização do processo de
190 organização versus IV Conferência Nacional; b) Encontro de Luziânia; c) Rumos do
191 processo de organização; d) Papel do CONANDA; e) Encaminhamento da demanda
192 apresentada. A Plenária designou a Coordenadora da Comissão Ozanira para elaborar
193 minuta de resposta à Comissão Pró-Articulação Nacional dos Conselhos Tutelares,
194 fazendo-a circular por correio eletrônico para contribuições e posteriormente à
195 Secretaria Executiva para as providências necessárias. 3 – Expedientes – (a) O
196 Presidente do CEDCA-DF, comunica o endereço eletrônico do Conselho e informa a
197 instalação do SIPIA I nos Conselhos Tutelares do DF; b) Convite da prefeitura de
198 Votuporanga para o curso de capacitação de conselheiros tutelares; c) Recebimento

199 de documentos do Conselho Tutelar de Rio Branco-Acre, contendo moção de
200 Repúdio contra a Sr^a Cecília Garcia Lima, Vice-Presidente do Conselho Municipal de
201 Rio Branco, tendo em vista a situação vexatória e constrangedora a que foram
202 expostos os membros do Conselho Tutelar por ocasião da I Conferência Regional e
203 IV Conferência Municipal; d) Correspondência do Conselho Tutelar de Gravatá – PE.
204 O conselheiro Normando apresentará parecer na próxima assembléia do Conselho. 4-
205 SIPIA – A coordenadora da Comissão apresentou o relato da sua participação no
206 grupo gestor do SIPIA e questionou o papel do CONANDA no grupo de gestão,
207 tendo sido deliberado pela plenária que a Comissão de Articulação discutirá o assunto
208 e apresentará proposta sobre as competências do CONANDA no grupo gestor, para
209 posterior deliberação e que seja articulado reunião com o gerente desse grupo para
210 discutir o assunto. Foi sugerido ainda que a inserção do trabalho infantil no SIPIA
211 seja ponto de discussão do CONANDA. O Presidente abriu o debate, onde o assunto
212 sobre a participação do CONANDA no I Congresso Nacional de Conselhos Tutelares
213 foi amplamente debatido pela plenária e deliberado que o CONANDA fará parecer ao
214 DCA para que o repasse de recursos seja restrito a formação de conselheiros
215 tutelares, excluindo o pagamento de hospedagem, passagens e espaço físico e sugere
216 a participação do CONANDA no evento para discussão dos documentos de
217 recomendações e das Diretrizes Nacionais do CONANDA. Foi aprovado ainda o
218 apoio institucional, por considera-lo relevante. A conselheira Maria Izabel
219 recomendou que a Comissão envie resposta ao documento do consultor Edson Seda.

220 **4 – Comissão de Comunicação** – O conselheiro José Fernando informou que o

221 parecer do Senador Pedro Simon será enviado aos conselheiros para via e-mail para
222 sugestões, bem como os demais documentos pendentes, para aprovação na próxima
223 plenária do Conselho. Dando continuidade aos trabalhos no segundo dia de plenária
224 foi desenvolvida a pauta que segue: **I – Apresentação do programa Autoridade**
225 **Central** – Estiveram presentes para a apresentação dos trabalhos às técnicas
226 Marrielle Maia Alves Ferreira e Maria do Socorro Cavalcante Lorenzo. Inicialmente
227 foi feito relato sucinto sobre o processo de criação do Programa, motivado pelas
228 constantes denúncias de irregularidades das adoções internacionais e a sua utilização
229 para fins ilícitos. O programa Autoridade Central Administrativa Federal, através da
230 Secretaria de Estado dos Direitos Humanos é encarregado de dar cumprimento às
231 obrigações impostas pela Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à
232 Cooperação em matéria de Adoção Internacional, no que tange ao credenciamento de
233 todas as organizações que atuam em adoção internacional no Estado Brasileiro.
234 Foram expostas as dificuldades e os avanços do programa para garantia da cidadania
235 dessas crianças. Foi feito ainda um breve relato sobre o funcionamento do Conselho
236 das Autoridades Centrais, da periodicidade das suas reuniões, da sua composição e
237 estrutura administrativa. Após a apresentação o Presidente abriu o debate, tendo sido
238 registrado os seguintes pontos: a) O conselheiro Raymundo Mesquita falou das
239 denúncias havidas no ano passado sobre adoção internacional e sugeriu a
240 conscientização e a distinção sobre o que é adoção e o que é tráfico de crianças. Na
241 oportunidade elogiou a seriedade do Programa; b) O conselheiro José Fernando
242 indagou sobre situação de implantação do SIPIA III e solicitou a viabilidade de uma

243 publicação informativa sobre o Programa Autoridade Central para divulgação aos
244 participantes da IV Conferência Nacional e no I Congresso Nacional de Conselhos
245 Tutelares. Por fim solicitou a participação do CONANDA na próxima reunião do
246 Conselho; c) O conselheiro Osvaldo indagou se há relação de famílias para adoção e
247 de crianças a serem adotadas; d) O conselheiro Joacir abordou a questão de crianças
248 desaparecidas e qual o trabalho do programa neste sentido; e) A conselheira Eliana
249 esclareceu sobre as dificuldades nas relações entre o executivo e o judiciário. Todos
250 os questionamentos foram respondidos pelas expositoras, as quais agradeceram a
251 oportunidade de estarem presente neste Conselho. O Presidente agradeceu a
252 participação das representantes Marrielle e Maria do Socorro, alegando ser este o
253 primeiro momento entre tantos outros que deverão acontecer. Ressaltou que o
254 CONANDA deverá dar um tratamento especial ao SIPIA, através da assinatura de
255 protocolo com os governos e Conselhos Estaduais durante a IV Conferência
256 Nacional. **II – Aprovação dos Projetos da Deputada Ana Corso/PT** – Foram
257 apresentados os pareceres sobre o PL que acrescenta incisos nono e décimo ao artigo
258 quatrocentos e setenta e três da Consolidação da Leis do Trabalho-CLT e sobre a
259 proposta de emenda à Constituição que dá nova redação ao caput do artigo sessenta
260 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Os
261 demais pareceres serão apresentados na próxima plenária. **III – Informes** – 1) O
262 conselheiro Raymundo Mesquita informou sobre a audiência pública a ser realizada
263 na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, onde a CNBB irá se
264 pronunciar contra o rebaixamento da idade penal, convidando o CONANDA para

265 estar presente neste ato; 2) O conselheiro José Fernando informou sobre a sua
266 participação na reunião do CNAS, onde foi proposto a criação de Comissão conjunta
267 CONANDA/CNAS; b) A conselheira Rachel informou que foi convidada para
268 participar de reunião da SEAS/Embratur e chegando a Brasília a reunião havia sido
269 cancelada há cinco dias sem a devida Comunicação . Deixou registrado o seu protesto
270 pela falta de Comunicação; 4) A conselheira Ozanira informou que representou o
271 CONANDA no Encontro de Conselhos Tutelares no Rio Grande do Sul e questionou
272 sobre o andamento do grupo de trabalho que trata sobre o tráfico de crianças e
273 adolescentes; 5) O conselheiro Ivanildo informou sobre o lançamento do programa
274 Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde e sobre o andamento da Campanha do
275 Registro Civil. A conselheira Maria Izabel registrou o seu protesto pela criação de
276 mais um programa pelo governo federal sem consulta ao CONANDA. Propôs
277 convidar os responsáveis pelo programa para participar de assembléia do
278 CONANDA e solicitar cópia do Projeto, tendo sido a proposta aprovada por todos; 6)
279 A conselheira Laura Rossetti informou sobre a realização da Conferência Estadual do
280 Pará, convidando a todos para participarem da mesma; 7) O conselheiro Manoel
281 Messias informou sobre o convênio firmado entre o Movimento Nacional dos
282 Direitos Humanos e o Ministério da Justiça para denúncias sobre tortura e
283 monitoramento. Propôs parceria com o CONANDA para fortalecimento das Centrais
284 Estaduais, o qual foi aprovado por unanimidade; 8) O conselheiro Motti informou da
285 reunião sobre violência sexual contra crianças e adolescentes que irá acontecer no
286 Uruguai, sugerindo a participação do CONANDA; 9) O conselheiro Osvaldo propôs

287 a criação de Comissão de Legislação, tendo a mesma sido aprovada por todos. Não
288 havendo mais nada havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu
289 Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo
290 Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

Cláudio Augusto Vieira da Silva
291 CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

292 Presidente

293

294